

Omega Geração  
S.A.

**Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2015 e 2014**

# Conteúdo

<b>Relatorio da Administração.</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.</b>	<b>5</b>
<b>Balanços patrimonial.</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados.</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes.</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações mutações do patrimônio líquido.</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do fluxo de caixa.</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado.</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>14</b>

# Relatório da Administração

## I. Aos Acionistas

A administração da Omega Geração S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.149.503/0001-06, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Comentário de Desempenho da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## II. Desempenho no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015

A vocação de crescer, fornecendo energia sustentável, através de uma eficaz rede composta por nossas pessoas, clientes, investidores e comunidade, gerando prosperidade a todos através de retornos superiores é o traço mais forte da Omega.

O ano de 2015 cujo desafio era, a retomada da confiança entre governo e empresários, para assim destravar investimentos, visando crescimento econômico, se mostrou pífi. A freada da economia doméstica, perda do grau de investimento, juros mais altos, crise política e depreciação além do esperado da moeda brasileira criam um cenário de grande incerteza e dificultam a tomada de decisões no setor privado.

A crise no setor elétrico foi agravada por fatores meteorológicos em 2015. Com o baixo nível de chuvas, a geração de energia no país passou a depender mais das usinas termelétricas, cujos custos de produção são maiores, impactando os resultados com a necessidade de compra adicional de energia pelos geradores.

Mesmo assim, continuamos acreditando que a energia é um insumo chave para a prosperidade econômica e social do Brasil e que nossa ampla experiência e diligente gestão nos levarão a efetivar a missão de expandir a oferta de energia com excelência a partir de fontes para as quais o país tenha vocação com destaque para as fontes Eólicas e Hídricas.

Continuaremos a crescer, mantendo a qualidade do nosso portfólio, figurando entre os melhores operadores de usinas elétricas do país em termos de custo total do MWh produzido e disponibilidade líquida de nossas unidades, bem como garantir contratos de venda de energia de longo prazo junto a um portfólio de clientes diversificado e qualificado em termos creditícios. Com isso, poderemos pagar dividendos crescentes a nossos acionistas de forma sustentável e longa.

A rubrica da receita líquida aumentou 25,14% (R\$ 143,22 MM neste ano comparado a R\$ 114,45 MM no mesmo período de 2014, aumento devido, principalmente, à entrada em operação do complexo Delta.

O custo e despesa com a operação cresceu de R\$ 78,32 MM em 2014 para R\$ 98.76 MM em 2015. A variação de 26,11% se deu, principalmente, pela compra de energia e pelo aumento de capacidade operacional. A rubrica Depreciação, assim como Encargos do Sistema, também demonstraram acréscimo, acompanhando o início de operação de Delta.

Desta forma, a consolidação dos resultados da Omega registrou lucro de R\$ 4,77 MM enquanto que, em 2014, registrou lucro de R\$ 26,36 MM. Essa queda é explicada por dois fatores principais, sendo (i) impacto positivo e não recorrente em 2014 do IR e CS diferido de 10,4 MM na empresa Gargaú (ii) impacto negativo em 2015 nas PCHs em decorrência da necessidade de compra de energia, impactando o Lucro de 2015 vis-à-vis 2014 em R\$ 11,7 MM.

Nos termos da Instrução CVM n°. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como das informações trimestrais. Adicionalmente, para fins do disposto no artigo 2° da Instrução CVM n°. 381/2003, informamos que, atualmente, a Companhia não contrata a prestação de qualquer serviço que não seja de auditoria externa junto ao Auditor Independente ou por Partes Relacionadas com o Auditor Independente. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), conforme requerido pela Instrução CVM n° 457 de 13 de julho de 2007.



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
Omega Geração S.A.  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Geração S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas



contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Omega Geração S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

#### **Ênfase**

##### **Opinião sobre demonstrações financeiras emitida anteriormente**

Em 28 de março de 2016, emitimos um relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Geração S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 3.5, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a divulgação dos compromissos relacionados aos arrendamentos mercantis operacionais descritos na referida nota explicativa. Conseqüentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior  
Contador CRC 1SP178871/O-4

**Omega Geração S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014**

*(Em milhares de Reais)*

<b>ATIVO</b>					
	<i>Nota</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
		<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
<b>Ativo circulante</b>					
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	6	2.312	11.354	27.430	43.991
<i>Clientes</i>		-	-	21.538	18.134
<i>IR e CS a recuperar</i>	7	-	-	640	1.154
<i>Outros créditos</i>		3.451	2.358	1.714	2.730
<i>Dividendos a receber</i>	8	2.651	1.555	617	1.272
<i>Tributos a recuperar</i>	9	3.153	4.390	10.517	13.032
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>11.567</u>	<u>19.657</u>	<u>62.456</u>	<u>80.313</u>
<b>Ativo não circulante</b>					
<i>Clientes</i>	7	-	-	3.135	2.004
<i>Tributos a recuperar</i>	9	-	-	4.468	4.220
<i>Cauções e depósitos vinculados</i>	10	-	-	26.882	24.580
<i>Ativo fiscal diferido</i>	11	8.289	12.810	8.289	12.810
<b>Total Realizável a Longo Prazo</b>		<u>8.289</u>	<u>12.810</u>	<u>42.774</u>	<u>43.614</u>
<i>Investimentos</i>	12	272.383	269.124	28.980	30.488
<i>Imobilizado</i>	13	444	566	612.628	638.167
<i>Intangível</i>	14	515	749	21.088	18.922
		<u>273.342</u>	<u>270.439</u>	<u>662.696</u>	<u>687.577</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>281.631</u>	<u>283.249</u>	<u>705.470</u>	<u>731.191</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>293.198</u></u>	<u><u>302.906</u></u>	<u><u>767.926</u></u>	<u><u>811.504</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

Omega Geração S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	15	117	381	4.879	32.952
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	33.258	30.460
IR e CS a recolher		-	-	1.128	446
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	2.568	3.019	3.284	3.699
Outras obrigações		-	33	5.095	1.322
Provisões diversas	18	190	265	16.869	10.457
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.875</b>	<b>3.698</b>	<b>64.513</b>	<b>79.336</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	308.826	328.994
Fornecedores	15	-	-	20.268	16.702
Passivo fiscal diferido	19	-	-	5.637	2.442
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>334.731</b>	<b>348.138</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.875</b>	<b>3.698</b>	<b>399.244</b>	<b>427.474</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	20	265.296	312.167	265.296	312.167
Custo com captação de recursos	20	(2.354)	(2.354)	(2.354)	(2.354)
Reserva ágio	20	8.289	12.810	8.289	12.810
Reservas de capital	20	30.777	30.777	30.777	30.777
Prejuízos acumulados		(11.685)	(54.192)	(11.685)	(54.192)
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>290.323</b>	<b>299.208</b>	<b>290.323</b>	<b>299.208</b>
Participação dos não controladores		-	-	78.359	84.822
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>290.323</b>	<b>299.208</b>	<b>368.682</b>	<b>384.030</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>293.198</b>	<b>302.906</b>	<b>767.926</b>	<b>811.504</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Omega Geração S.A.

Demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	
Receita operacional líquida	21	-	-	143.223	114.453
Custos da operação e conservação	22	-	-	(84.449)	(62.207)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	58.774	52.246
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Administrativas, pessoal e gerais	23	(9.867)	(18.609)	(17.060)	(21.250)
Outras receitas (despesas) operacionais		145	213	145	(44)
Resultado de equivalência patrimonial	12	4.631	18.178	2.598	5.184
<b>Total das despesas operacionais</b>		(5.091)	(218)	(14.317)	(16.110)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		(5.091)	(218)	44.457	36.136
Receitas financeiras	24	780	5.101	7.352	9.829
Despesas financeiras	24	(53)	(98)	(38.846)	(23.803)
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>		727	5.003	(31.494)	(13.974)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(4.364)	4.785	12.963	22.162
Imposto de renda e contribuição Social	25	-	-	(8.187)	4.204
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		(4.364)	4.785	4.776	26.366
Participação dos controladores no resultado do exercício		(4.364)	4.785	(4.364)	4.785
Participação dos não controladores		-	-	9.140	21.581
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		(4.364)	4.785	4.776	26.366
Número de ações		312.610	312.610		
Lucro (prejuízo) por ação básico (R\$)		(0,0139597)	0,0153119		
Número de ações		322.582	322.582		
Lucro (prejuízo) por ação diluído (R\$)		(0,0135281)	0,0148386		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Omega Geração S.A.**

**Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

*(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)*

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>31/12/15</i>	<i>31/12/14</i>	<i>31/12/15</i>	<i>31/12/14</i>
<b><i>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</i></b>	(4.364)	4.785	4.776	26.366
<b><i>Resultado abrangente total</i></b>	<u>(4.364)</u>	<u>4.785</u>	<u>4.776</u>	<u>26.366</u>
<i>Participação dos controladores no resultado do exercício</i>	<u>(4.364)</u>	<u>4.785</u>	<u>(4.364)</u>	<u>4.785</u>
<i>Participação dos não controladores</i>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.140</u>	<u>21.581</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

**Omega Energia Renovável S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014**

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Custo com captação de recursos	Reservas de capital		Reserva de ágio Instrução CVM 319	Saldo reserva cisão	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total geral
			Ágio na subscrição de ações	Opções de ações outorgadas reconhecidas						
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2014</b>	<b>338.429</b>	<b>(2.354)</b>	<b>19.926</b>	<b>10.851</b>	<b>17.331</b>	<b>(1.263)</b>	<b>(57.714)</b>	<b>325.205</b>	<b>78.139</b>	<b>403.344</b>
Aumento (Redução) de capital	20 (20.000)	-	-	-	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Amortização de ativo fiscal diferido - Ágio	20 -	-	-	-	(4.521)	-	-	(4.521)	-	(4.521)
Saldo reserva cisão	20 -	-	-	-	-	1.263	(1.263)	-	-	-
Cisão Gamma	20 (6.262)	-	-	-	-	-	-	(6.262)	(3.068)	(9.330)
Dividendos - Preferencialista de Asteri	20 -	-	-	-	-	-	-	-	(11.830)	(11.830)
Lucro líquido do exercício	20 -	-	-	-	-	-	4.785	4.785	21.581	26.366
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>312.167</b>	<b>(2.354)</b>	<b>19.926</b>	<b>10.851</b>	<b>12.810</b>	<b>-</b>	<b>(54.192)</b>	<b>299.207</b>	<b>84.822</b>	<b>384.029</b>
Redução de capital para absorção de prejuízos	20 (46.871)	-	-	-	-	-	46.871	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	20 -	-	-	-	-	-	(4.364)	(4.364)	9.140	4.776
Amortização de ativo fiscal diferido - Ágio	20 -	-	-	-	(4.521)	-	-	(4.521)	-	(4.521)
Dividendos - Preferencialista de Asteri	20 -	-	-	-	-	-	-	-	(15.603)	(15.603)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>265.296</b>	<b>(2.354)</b>	<b>19.926</b>	<b>10.851</b>	<b>8.289</b>	<b>-</b>	<b>(11.685)</b>	<b>290.323</b>	<b>78.359</b>	<b>368.682</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Geração S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes de impostos	<b>(4.364)</b>	<b>4.786</b>	<b>12.963</b>	<b>22.164</b>
Ajustes para:				
Despesa com depreciação e amortização	1.096	707	29.984	19.814
Resultado de equivalência patrimonial	(4.631)	(18.177)	(2.598)	(5.184)
Baixa de imobilizado	-	-	27	350
Receita de juros de debêntures sobre controladas	-	(1.028)	-	-
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(2.703)	(2.077)
Encargos financeiros	-	-	30.301	16.268
Atualização monetária de passivos	-	-	2.568	-
Provisão de passivos a longo prazo	-	-	2.674	-
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>				
Tributos a recuperar	1.237	(1.911)	2.267	(2.355)
Cientes	-	(954)	(4.535)	(13.424)
Dividendos recebidos	1.095	-	4.001	3.661
Outros créditos	(2.189)	-	1.669	(5.053)
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>				
Fornecedores	(264)	(426)	3.787	(1.106)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.796)	(3.824)
Outras contas a pagar	(560)	(2.331)	4.527	(4.754)
Pagamento de juros	-	-	(28.189)	(16.906)
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais</b>	<b>(8.580)</b>	<b>(19.334)</b>	<b>52.947</b>	<b>7.574</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de ativo imobilizado	(17)	(308)	(30.601)	(110.932)
Aquisição de ativo intangível	(7)	-	(4.223)	(1.015)
Aplicações financeiras	-	-	(17.553)	(21.657)
Resgates de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	17.954	41.758
Aumento de capital social em controladas	(438)	(38.619)	-	-
Recebimento de debentures com controladas	-	77.000	-	-
<b>Caixa líquido gerado (usado) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(462)</b>	<b>38.073</b>	<b>(34.423)</b>	<b>(91.846)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	10.838	221.381
Redução de capital social	-	(20.000)	-	(20.000)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(30.320)	(117.207)
Pagamentos de dividendos	-	-	(15.603)	(11.830)
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(20.000)</b>	<b>(35.085)</b>	<b>72.344</b>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.042)</b>	<b>(1.261)</b>	<b>(16.561)</b>	<b>(11.928)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do período	11.354	12.615	43.991	55.919
No fim do período	2.312	11.354	27.430	43.991
	<b>(9.042)</b>	<b>(1.261)</b>	<b>(16.561)</b>	<b>(11.928)</b>

Omega Geração S.A.

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>(=) 1. Receitas</b>	-	-	143.223	114.453
<i>Vendas de Mercadorias Produtos e Serviços</i>	(+)	-	143.223	114.453
<b>(=) 2. Insumos adquiridos de 3o.</b>	(3.454)	(6.563)	(65.352)	(52.032)
<i>Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos</i>	(-)	-	(59.825)	(45.407)
<i>Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros</i>	(-)	(6.563)	(5.527)	(6.606)
<i>Perda/Recuperação de Valores Ativos</i>	(-)	-	-	(19)
<b>3. = (1-2) Valor adicionado bruto</b>	(3.454)	(6.563)	77.871	62.421
<i>Depreciação, Amortização e Exaustão</i>	(-)	(1.098)	(29.878)	(20.364)
<b>5. = (3-4) Valor adicionado líquido</b>	(4.552)	(7.237)	47.993	42.057
<b>(=) 6. Valor adicionado recebido em transferência</b>	5.571	23.494	10.110	15.228
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	(+)	4.631	18.178	2.598
<i>Receitas Financeiras</i>	(+)	780	5.101	7.352
<i>Outros</i>	(+)	160	215	160
<b>7. = (5+6) Valor adicionado total</b>	1.019	16.257	58.103	57.285
<b>(=) 8. Distribuição do valor adicionado</b>	1.019	16.257	58.103	57.285
<i>Pessoal</i>	(+)	3.659	8.362	7.502
<i>Impostos, Taxas e Contribuições</i>	(+)	1.683	3.011	6.994
<i>Remuneração de Capitais de Terceiros</i>	(+)	41	97	38.831
<i>Remuneração de Capitais Próprios</i>	(+)	(4.364)	4.787	4.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Omega Geração S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(valores expressos em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Omega Geração S.A. (“Companhia” ou “Grupo” ou “Omega”) sediada em Belo Horizonte, foi constituída em 26 de setembro de 2007 na forma de sociedade limitada e, em 24 de janeiro de 2008, foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

Com base na documentação constante do processo da Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”) - CVM RJ-2014-2266, foi deferido em 10 de julho de 2014 o registro de emissor de que trata a Instrução CVM 480/2009, passando a Companhia para a categoria “A”.

Em 13 de fevereiro de 2015, foi protocolado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais o pedido de alteração do razão social da Companhia de Omega Energia Renovável S.A para Omega Geração S.A., sendo deferido em 23 de Abril de 2015.

O portfólio da Companhia é atualmente composto por três Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), quais sejam Indaia Grande, Indaiazinho e Pipoca, quatro usinas Eólicas, quais sejam Gargaú, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba, além da Omega Comercializadora de Energia.

### **2 Entidades do Grupo**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

### **Quadro de participações diretas**

	<b>31/12/15</b>	<b>31/12/14</b>
Delta dos Ventos Energia S.A.	100,00%	100,00%
Asteri Energia S.A.	50,00%	50,00%
Indaiá Grande Energia S.A.	100,00%	100,00%
Indaiázinho Energia S.A.	100,00%	100,00%
Omega Comercializadora Ltda.	100,00%	100,00%

### **Quadro de participações indiretas**

	<b>31/12/15</b>	<b>31/12/14</b>
Hidrelétrica Pipoca S.A. (*)	51,00%	51,00%
Gargaú Energética S.A.	50,01%	50,01%
Porto Parnaíba Energia S.A.	100,00%	100,00%
Porto Salgado Energia S.A.	100,00%	100,00%
Porto das Barcas Energia S.A.	100,00%	100,00%

(\*) Controle compartilhado

#### **Delta dos Ventos S.A. (“Delta”)**

A Delta dos Ventos S.A, sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011, tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, controlando integralmente as sociedades Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A. e Porto Salgado Energia S.A., as quais detém o direito de exploração dos parques eólicos Delta do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado, respectivamente.

#### **Porto do Parnaíba Energia S.A. (“PPE”), Porto das Barcas Energia S.A. (“PBE”) e Porto Salgado Energia S.A. (“PSE”).**

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 31 de agosto de 2011, que detém autorização para exploração de parques eólicos localizados no Estado do Piauí, com capacidade instalada total de 70 MW e com operações comerciais iniciadas em julho de 2014 .

A Porto do Parnaíba S.A, por meio da portaria nº 225, de 13 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Delta do Parnaíba, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto Salgado Energia S.A, por meio da portaria nº 203, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto Salgado, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial

em 10 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto das Barcas Energia S.A, por meio da portaria nº 200, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto das Barcas, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

#### **Asteri Energia S.A. (“Asteri”)**

A Asteri Energia S.A., sociedade de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2011 e tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável. A Companhia detém a totalidade das ações ordinárias de Asteri, o que compreende 50,01% da sua participação acionária total. A Asteri, por sua vez, detém 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca S.A. e 100% de participação na Gargaú Energética S.A.

#### **Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”)**

A Hidrelétrica Pipoca S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A através da participação de 51% do capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A. Pipoca obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474, de 6 de março de 2006, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 388, de 10 de setembro de 2001, anteriormente outorgada à HP2 do Brasil S.A., para implantar e explorar Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. Pipoca iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

#### **Gargaú Energética S.A. (“GESA”)**

A Gargaú Energética S.A., sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 17 de outubro de 2007, cujo controle indireto é detido através da participação integral no seu capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A.

A Gargaú obteve, por meio da Resolução Autorizativa 2.145, de 27 de outubro de 2009, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 534, de 01 de outubro de 2002, anteriormente outorgada à SeaWest do Brasil Ltda., para implantar e explorar a usina eólica Gargaú, localizada em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 28,05 MW. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010, tendo a energia contratada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, sendo a Eletrobrás seu cliente exclusivo. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.



### **Indaiá Grande Energia S.A. (“Indaiá Grande”) e Indaiazinho Energia S.A. (“Indaiazinho”).**

A Indaiá Grande Energia S.A. e a Indaiazinho Energia S.A. são sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 22 de agosto de 2008 e 24 de setembro de 2009, respectivamente. Por meio das Resoluções Autorizativas nº 1.856 e 1.857, de 24 de março de 2009, respectivamente, as investidas possuem autorização emitidas pela ANEEL, com capacidade total instalada de 32,5 MW, sendo Indaiá Grande de 20 MW e Indaiazinho de 12,5 MW. Suas primeiras turbinas entraram em operação em abril de 2012 e o prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

### **Omega Comercializadora de Energia Ltda. (“OMC”).**

A Omega Comercializadora de Energia Ltda foi constituída em 25 de outubro de 2011, tendo como objetivo o comércio atacadista de energia elétrica.

## **3 Base de preparação**

### ***3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC’s).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 8 de maio de 2017.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### ***3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação***

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### ***3.3 Uso de estimativas e julgamentos***

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre os julgamentos e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota 13 – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- Nota 18 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas dos recursos; e

b) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 28 – Instrumentos financeiros; e
- Nota 29 – Pagamento baseado em ações.

### **3.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; e

- As transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais são mensurados pelo valor justo.

### **3.5 Reapresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 28 de março de 2016, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência de retificação de erro pela ausência inclusão de divulgação dos compromissos de pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais, os quais estão sendo divulgados na nota explicativa 30.

## **4 Principais políticas contábeis**

### **a. Base de consolidação**

#### *i. Participação de acionistas não controladores*

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### *ii. Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

#### *iii. Perda de controle*

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

*iv. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual do qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

*v. Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

**c. Instrumentos financeiros**

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

*i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa

contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*ii. Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração*

**Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

**Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**Empréstimos e recebíveis**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

### *iii. Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## **d. Imobilizado**

### *i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### *ii. Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

### *iii. Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

Os ativos imobilizados são depreciados de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. Esta norma estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do manual de controle patrimonial do setor elétrico – MCPSE, aprovado pela resolução normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, quais sejam:

PCHs (Indaia Grande, Indaiazinho)

Usina		Escritório	
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,56%	Máquinas e Equipamentos	10%
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,30%	Computadores	20%
Máquinas e Equipamentos	3,16%	Outros Equipamentos	20%
Móveis e Utensílios	6,25%	Sistema ERP	20%
		Móveis e Utensílios	10%
Sistema de Transmissão e conexão			
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,43%		
Máquinas e Equipamentos	2,85%		
Escritório - Usina			
Máquinas e Equipamentos	7,48%		
Móveis e Utensílios	6,25%		

Eólica (Gargaú)

Usina		Administração (em serviço)	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,00%	Intangíveis	10%
Máquinas e Equipamentos	4,80%	Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10,00%	Veículos	10%
		Móveis e Utensílios	10%
Sistema de Transmissão e conexão			
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,00%		
Máquinas e Equipamentos	2,74%		

Eólicas (Complexo Delta)

Usina (em serviço)		Administração (em serviço)	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	Intangíveis	10,00%
Máquinas e Equipamentos	4,56%	Máquinas e Equipamentos	10,00%
Móveis e Utensílios	6,25%	Veículos	10,00%
		Móveis e Utensílios	10,00%
Sistema de Transmissão e Conexão			
Máquinas e Equipamentos	2,99%		

Complementarmente, para atendimento ao novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa da ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, as investidas Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A., Porto Salgado Energia S.A. e Gargaú Energética S.A., cujos atos de outorga não preveem indenização dos bens do imobilizado ao término dos respectivos prazos contratuais, passaram a complementar a quota mensal de depreciação desses bens de maneira a tê-los integralmente depreciados no final do prazo de autorização.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No caso das PCHs, a estimativa do valor residual do imobilizado leva em consideração a melhor estimativa da Administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração e não amortizados ao final da autorização.

*e. Ativos intangíveis*

*i. Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Indaizinho Energia S.A, sendo atribuída ao direito de exploração da autorização. A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear até março de 2039, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

A Companhia mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Indaiá Grande Energia S.A, sendo atribuída ao direito de exploração da autorização. A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear até março de 2039, quando encerra-se a autorização da ANEEL.

A controlada Asteri mantém saldo de intangível proveniente da aquisição da usina Gargaú Energética S.A, realizada originalmente pela Companhia, sendo atribuída a mais valia pela aquisição de sua carteira de clientes. A amortização é reconhecida no resultado de Asteri por meio do método linear até outubro de 2032, quando encerra-se o contrato com a Eletrobrás.

*ii. Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

*iii. Amortização*

A amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear, baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício de 2015 e 2014 são as seguintes:

- Sistema ERP - 5 anos
- Carteira de clientes Gargaú - 20 anos
- Direitos de exploração de autorização de Indaiá Grande e Indaiazinho - 26 anos



Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

**f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

*i. Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

*ii. Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto, antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

**g. Benefícios a empregados**

*i. Benefícios de curto prazo a empregados*

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **ii. Plano de opções**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido no resultado do exercício, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de Black-Scholes.

## **h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, e uma estimativa razoável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existia nenhuma provisão referente a processos judiciais.

## **i. Receita operacional**

A receita operacional da venda de energia, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a vendedora, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional quando as vendas são reconhecidas.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos firmados entre as partes.

## **j. Arrendamentos**

### **i. Determinando quando um contrato contém um arrendamento**

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

***ii. Ativos arrendados***

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

***iii. Pagamentos de arrendamento***

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

***k. Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas controladas de receber o pagamento é estabelecido.

***l. Imposto de renda e contribuição social***

***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados, nas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mensais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real, quando aplicável.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua

apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### ***m. Demonstrações de valor adicionado***

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstrações do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam uma informação financeira adicional.

## **5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações do Grupo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### ***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4

de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

#### ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 – Receita de contrato com cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

#### ***IFRS 16 Leases (Arrendamentos)***

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

#### **Outras alterações**

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Bancos	62	17	2.903	5.636
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.249	11.337	24.527	38.355
	<u>2.312</u>	<u>11.354</u>	<u>27.430</u>	<u>43.991</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxa média de 99,76% do Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2015 (99,92% do Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2014).

## 7 Clientes

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
CCEAR	8.391	6.773
Proinfa	9.047	8.584
Contratos bilaterais/Curto prazo	7.235	4.781
	<u>24.673</u>	<u>20.138</u>
Parcela do Circulante	21.538	18.134
Parcela do não circulante	3.135	2.004

Referem-se aos valores de fornecimento de energia. Não há saldos em atraso em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) e no Proinfa preveem mecanismos de ajuste financeiro para geração de energia a maior ou a menor do que o volume contratado.

Como consequência da aplicação do mecanismo previsto para os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), firmados entre as controladas PPE, PBE e PSE com 23 Distribuidoras de energia em 2015, a controlada PPE e PSE apresentam contas a receber de R\$2.373 e R\$762, respectivamente, classificados no ativo não circulante pelo excedente gerado, e a controlada PBE apresenta situação oposta com um passivo não circulante de R\$1.201, incluído na rubrica Fornecedores (nota explicativa nº 15). Para a controlada Gargau, que vendeu sua energia através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), no ano de 2015 houve geração acima da energia contratada, resultando em um valor a receber em 12 parcelas ao longo de 2016 no montante de R\$5.803.

## 8 Partes relacionadas

O Grupo é controlado em conjunto pelos fundos de investimento geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e Warburg Pincus.

### Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<b>Balço patrimonial</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
<b>Outros créditos (a)</b>				
Omega Energia e Implantação S.A.	12	-	12	-
Omega Gestora de Recursos S.A.	70	-	70	-
Omega Comercializadora	315	-	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	662	127	-	-
Porto do Pamaíba Energia S.A.	243	1.641	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	395	126	-	-
Indaia Grande Energia S.A.	901	190	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	652	189	-	-
Gargaú Energética S.A.	128	-	-	-
<b>Dividendos a receber (b)</b>				
Indaia Grande Energia S.A.	671	653	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	912	902	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	-	617	1.272
Asteri Energia S.A.	1.068	-	-	-
	<u>6.029</u>	<u>3.828</u>	<u>699</u>	<u>1.272</u>
<b>Resultado</b>				
<b>Receita operacional líquida (c)</b>				
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	60	1.862
<b>Custos da operação e conservação (c)</b>				
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	-	(3.446)
<b>Reembolso de despesas com controladas (a)</b> (creditados na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais)				
Gargaú Energética S.A.	594	476	-	-
Indaia Grande Energia S.A.	711	535	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	464	319	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	534	140	-	-
Porto do Pamaíba Energia S.A.	760	886	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	482	151	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	512	447	512	447
Omega Energia e Implantação S.A.	12	-	12	-
Omega Gestora de Recursos S.A.	70	-	70	-
	<u>4.139</u>	<u>2.954</u>	<u>594</u>	<u>447</u>

(a) Refere-se às alocações de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

(b) Dividendos relativos aos exercícios de 2014 e 2015.

(c) Refere-se a comercialização de energia com empresas do grupo sendo, venda de energia pela Omega Comercializadora e compra de energia das controladas Omega Comercializadora e Indaiá Grande.

A Omega Geração S.A. garante obrigações estabelecidas em:

- i) Contratos financeiros firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Delta dos Ventos, PPE, PSE, PBE, Gargaú e Pipoca;
- ii) Fianças bancárias firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PSE e PBE;
- iii) Fiança bancária firmada por sua coligada Sigma Energia S.A. e;
- iv) Debentures referentes ao empréstimo ponte firmado por cada uma de suas coligadas Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta.

***Remuneração do pessoal chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.***

	31/12/15	31/12/14
Salário / Pró-Labore	1.592	2.841
Benefícios Diretos e Indiretos	46	63
Remuneração Variável	824	1.145
Total Remuneração	<u>2.462</u>	<u>4.049</u>

## 9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
PIS/COFINS	-	-	6.062	7.503
CSLL	-	-	1.151	830
IRRF	3.147	4.390	5.001	6.151
ICMS	-	-	2.757	2.757
Outros	6	-	14	11
	<u>3.153</u>	<u>4.390</u>	<u>14.985</u>	<u>17.252</u>
Ativo circulante	<u>3.153</u>	<u>4.390</u>	<u>10.517</u>	<u>13.032</u>
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.468</u>	<u>4.220</u>



A rubrica PIS/COFINS compreende basicamente os créditos originados de aquisições de máquinas e equipamentos quando da implantação do parque eólico de Gargaú, bem como das retenções em fonte pelo faturamento da venda de energia de Gargaú à Eletrobrás.

A rubrica IRRF na controladora é formada basicamente por valores retidos de resgates efetuados em aplicações financeiras com instituições financeiras e, no consolidado, incluem impostos retidos na fonte por órgãos públicos no faturamento de energia.

A rubrica ICMS refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado na construção das usinas das controladas Indaia Grande e Indaiázinho.

## 10 Cauções e depósitos vinculados

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Aplicações financeiras	26.882	24.580

O saldo refere-se à aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos do BNDES descritos na nota explicativa nº 16. Estas aplicações somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro a seguir:

Empresa	Caução	Instituição	Taxa do CDI	Contrato	31/12/15	31/12/14
Indaiázinho (a)	C.R.S.D.	Itaú	98%	Financiamento BNDES Direto	4.201	4.127
Indaia Grande (a)	C.R.S.D.	Itaú	98%	Financiamento BNDES Direto	6.025	5.940
Gargaú (b)	C.R.S.D.	Itaú	98%	Financiamento BNDES Direto	2.391	3.530
	C.C.R.	Itaú	98%	Financiamento BNDES Direto	800	0
	C.R. O&M	Itaú	98%	Financiamento BNDES Direto	562	593
	C.R. Especial	Itaú	98%	Financiamento BNDES Direto	2.686	3.129
Complexo Delta (c)	C.R.S.D.	Itaú	102%	Financiamento BNDES Direto	7.560	7.094
	C.R. O&M	Itaú	102%	Financiamento BNDES Direto	175	158
	C.R. Especial	Itaú	98%	Financiamento BNDES Direto	2.482	9
					<u>26.882</u>	<u>24.580</u>

- (a) Refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a, no mínimo, seis vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES.
- (b) Refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a três vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES, uma parcela vincenda mantida na conta centralizadora de receitas, três vezes a última prestação vencida do contrato de Operação e Manutenção mantida na Conta Reserva de O&M, além do saldo da Conta Reserva Especial (valor mínimo de R\$2.500).

- (c) Refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a três vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES e três vezes a última prestação vencida do contrato de Operação e Manutenção mantida na Conta Reserva de O&M, além do saldo da Conta Reserva Especial.

## 11 Ativo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda e Hure Holdings S.A., ocorrido em 30 de novembro de 2012.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2014	17.331	17.331
Amortização	(4.521)	(4.521)
Saldo em 31/12/2015	12.810	12.810
Amortização	(4.521)	(4.521)
Saldo em 31/12/2015	8.289	8.289

A amortização do ativo fiscal diferido é realizada, de acordo com a curva de rentabilidade futura, em 60 parcelas mensais, a ser finalizada em outubro de 2017.

## 12 Investimentos

### *Movimentação do investimento*

#### Controladora

	Asteri	Delta dos Ventos	Indaia Grande	Indaiazinho	OMC	Outros	Total
Saldo em 31/12/14	79.573	86.666	65.631	36.869	385	-	269.124
Aumento de Capital	-	438	-	-	-	-	438
Resultado de equivalência patrimonial	4.496	1.503	1.906	1.032	336	-	9.273
Perda de investimentos (i)	(4.643)	-	-	-	-	-	(4.643)
Dividendos	(1.068)	-	(18)	(9)	-	-	(1.095)
Amortização do Ágio	-	-	(59)	(13)	-	(642)	(714)
Saldo em 31/12/15	78.358	88.607	67.460	37.879	721	(642)	272.383

- (i) Refere-se ao impacto pela distribuição de dividendos prioritários aos acionistas preferenciais de Asteri, conforme previsto no Acordo de Acionistas de Asteri.

Conforme o ICPC 09, os direitos de exploração de autorização são classificados como investimentos na controladora e, no consolidado, como intangível.

#### Consolidado

Pipoca é um empreendimento em conjunto em que o Grupo tem controle compartilhado e nele possui uma participação de 51%. É uma PCH localizada no rio Manhuaçu e possui capacidade instalada de 20 MW.

O quadro a seguir resume as informações financeiras da Paletel com base em suas demonstrações financeiras:

Pipoca

Informações contábeis:

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Ativo total	114.139	122.591
Passivo total	60.593	66.397
Receita operacional líquida	22.020	25.121
Lucro líquido do exercício	5.095	9.886

O quadro a seguir demonstra as movimentações no investimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	<u>PIPOCA</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Ágio</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/14	28.711	1.777	30.488
Amortização do ágio		(105)	(105)
Resultado da equivalência patrimonial	2.598		2.598
Dividendos	(4.001)		(4.001)
Saldo em 31/12/15	<u>27.308</u>	<u>1.672</u>	<u>28.980</u>

## 13 Imobilizado

### Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014			31/12/2015			31/12/2014		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>												
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	514.672	(66.567)	448.105	512.399	(42.707)	469.692
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	113.569	(8.159)	105.410	113.571	(5.772)	107.799
Edificações	-	-	-	-	-	-	50.064	(4.270)	45.794	50.076	(2.920)	47.156
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.411	-	12.411	12.411	-	12.411
Veículos	-	-	-	-	-	-	47	(26)	21	47	(20)	27
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	201	(69)	132	202	(55)	147
	-	-	-	-	-	-	690.964	(79.090)	611.873	688.706	(51.474)	637.232
<b>Administração</b>												
Máquinas e equipamentos	668	(402)	266	649	(301)	348	1.196	(644)	552	1.177	(489)	688
Móveis e utensílios	317	(150)	167	316	(118)	198	366	(174)	192	367	(140)	227
Benfeitorias em bens de terceiros	426	(415)	11	426	(406)	20	426	(415)	11	426	(406)	20
	1.411	(967)	444	1.391	(825)	566	1.988	(1.234)	755	1.970	(1.035)	935
<b>Total do imobilizado</b>	1.411	(967)	444	1.391	(825)	566	692.951	(80.323)	612.628	690.676	(52.509)	638.167

## Movimentação no exercício

	Controladora					Consolidado						
	Valor líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido	
	31/12/14					31/12/15					31/12/14	31/12/15
<b>Imobilizado em serviço</b>												
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	469.692	1.602	(14)	(23.240)	65	448.105
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	107.799	-	-	(2.390)	-	105.410
Edificações	-	-	-	-	-	-	47.156	623	(13)	(1.972)	-	45.794
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.411	-	-	-	-	12.411
Veículos	-	-	-	-	-	-	27	-	-	(6)	-	21
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	147	-	-	(15)	-	132
	-	-	-	-	-	-	637.232	2.225	(27)	(27.623)	65	611.873
<b>Administração</b>												
Máquinas e equipamentos	348	17	-	(99)	-	266	688	17	-	(154)	-	552
Móveis e utensílios	198	-	-	(31)	-	167	227	-	-	(36)	-	192
Benfeitorias em bens de terceiros	20	-	-	(9)	-	11	20	-	-	(9)	-	11
	566	17	-	(139)	-	444	935	17	-	(199)	-	755
<b>Total do imobilizado</b>	<b>566</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>(139)</b>	<b>-</b>	<b>444</b>	<b>638.167</b>	<b>2.242</b>	<b>(27)</b>	<b>(27.822)</b>	<b>65</b>	<b>612.628</b>

## Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

A Companhia avalia anualmente a existência de fatores externos e internos que possam impactar os valores recuperáveis dos ativos imobilizados, investimentos em empreendimentos de controle compartilhado e intangíveis de suas unidades geradoras de caixa. Portanto, ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 identificamos indicadores externos de impairment, como a retração econômica e consequente redução do consumo de energia e também em menor relevância por condições climáticas desfavoráveis para geração hídrica. Não foram identificados fatores internos que levassem a um teste uma vez que a Companhia atingiu os resultados operacionais de seu plano de negócios, não teve mudança no uso dos ativos, não apresentou obsolescência ou dano físico aos seus ativos, e também não apresentou declínio de desempenho dos seus ativos. As unidades geradoras de caixa da Companhia são: Gargaú, Complexo Delta, Pipoca, Indaiá Grande e Indaiázinho.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores.

A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante os respectivos prazos de autorização. A Administração considerou a prorrogação das autorizações como premissa por meio do entendimento de regulamentação da Aneel.

As principais premissas utilizadas foram: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de volume de venda de energia; (iii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iv) disponibilidade de capacidade de geração de energia; e (v) outras condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas compatíveis com o custo médio ponderado de capital aplicado pelo mercado em que a Companhia e suas controladas atuam, que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

O resultado dos testes de impairment não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chave conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado e econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

## 14 Intangível

### Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014			31/12/2015			31/12/2014		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível												
Marcas e patentes	1	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Licenças de software	1.121	(815)	306	1.113	(651)	462	1.233	(890)	343	1.288	(704)	584
ERP	921	(759)	162	921	(688)	233	1.700	(1.009)	692	1.608	(859)	749
Outros	72	(26)	46	73	(20)	53	130	(26)	103	131	(20)	111
Ágio	-	-	-	-	-	-	22.391	(3.025)	19.367	19.030	(2.174)	16.856
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	-	-	624	(42)	582	621	-	621
Total do intangível	2.115	(1.600)	515	2.108	(1.359)	749	26.079	(4.993)	21.088	22.679	(3.758)	18.922

### Movimentação do exercício

	Controladora				Consolidado				
	Valor líquido	Adições	Amortização	Valor líquido	Valor líquido	Adições	Amortização	Transferências	Valor líquido
	31/12/14			31/12/15	31/12/14				31/12/15
Intangível									
Marcas e patentes	1	-	-	1	1	-	-	-	1
Licenças de software	462	7	(164)	306	584	103	(281)	(64)	343
ERP	233	-	(71)	162	749	3	(168)	107	692
Outros	53	-	(7)	46	111	103	(8)	(103)	103
Ágio	-	-	-	-	16.856	4.076	(1.565)	-	19.367
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	621	-	(35)	(4)	582
Total do intangível	749	7	(242)	515	18.922	4.285	(2.057)	(64)	21.088

## 15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Fornecedores	117	381	25.147	49.654
	117	381	25.147	49.654
Circulante	117	381	4.879	32.952
Não Circulante	-	-	20.268	16.702

Parte do saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$19.063, é devido pelas controladas Porto do Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas ao fornecedor Gamesa e relacionado aos aerogeradores e construção dos parques eólicos, atualizados pela variação do IPCA, sendo R\$9.532 com vencimento em 2017 e R\$9.531 com vencimento em 2019.

Sobre o restante do saldo do não circulante, o valor de R\$1.201 é devido pela controlada Porto das Barcas referente ao déficit de geração de energia conforme descrito na nota explicativa nº 7.

## 16 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Financiamentos - BNDES	345.510	363.575
Custo de captação	(3.426)	(4.121)
	342.084	359.454
Parcela do circulante	33.258	30.460
Parcela do não circulante	308.826	328.994

### Movimentação no exercício – Consolidado

	Principal	Encargos	Custo	
			Transação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	362.435	1.140	(4.121)	359.454
Adição BNDES	10.838	-	-	10.838
Amortização BNDES	(30.320)	-	-	(30.320)
Amortização Custo Transação BNDES	-	-	695	695
Encargos financeiros pagos	-	(28.189)	-	(28.189)
Encargos financeiros provisionados	-	29.606	-	29.606
Capitalização de Juros	1.256	(1.256)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	344.209	1.301	(3.426)	342.084

Refere-se aos financiamentos obtidos junto ao BNDES pelas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Gargau PBE, PPE e PSE, conforme quadro a seguir:



Controlada	Instituição financeira	contratado R\$	Data da contratação	liberado R\$	Período de pagamento		Forma de pagamento	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Saldo da dívida	
					Início	Fim					31/12/15	31/12/14
Indaiaí Grande	BNDES	72.523	junho de 2012	71.972	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,71%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	55.981	63.175
Indaiazinho	BNDES	50.997	junho de 2012	50.547	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,51%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	39.281	44.329
Gargaú	BNDES	65.525	outubro de 2010	69.881	junho de 2011	maio de 2027	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,34%	Não aplicável	51.375	55.918
Porto das Barcas	BNDES	62.280	dezembro de 2013	60.228	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	58.314	59.380
Porto do Parnaíba	BNDES	91.287	dezembro de 2013	90.699	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	87.886	87.819
Porto Salgado	BNDES	54.615	dezembro de 2013	54.411	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para <i>completion</i> financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	52.673	52.954
											<u>345.510</u>	<u>363.575</u>

### 16.1 Cronograma de pagamento

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2016	30.628	58.008
2017	30.837	55.887
2018	30.908	53.561
2019 a 2021	92.212	144.463
2022 a 2024	72.238	102.667
2025 a 2027	50.659	66.574
2028 a 2030	38.028	42.940
	<u>345.510</u>	<u>524.100</u>

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados.

### 16.2 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas Reservas (conforme descrito na nota explicativa nº 10), cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

### 16.3 Covenants Financeiros

As controladas Gargaú, Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Para a controlada Gargaú esses índices tem sido atendidos nos últimos exercícios e, para as controladas PPE, PBE e PSE a aplicação desses covenants passou a ser exigida em dezembro de 2015, também atendidos. Para as controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, quanto ao ICSD, foi obtida dispensa de sua apuração em 31 de dezembro de 2015.

## 16.4 Cartas de fiança bancária

Cartas de fiança contratadas na data base 31 de dezembro de 2015:

Empresa	Vencimento	Valor		Objetivo
		Afiado (R\$)	Agente	
Indaiá Grande	06/07/2016	20.418	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiá Grande	07/11/2016	20.418	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiá Grande	23/12/2017	31.137	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiázinho	06/07/2016	14.652	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiázinho	07/11/2016	14.652	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiázinho	17/11/2017	21.243	Banco ABC Brasil S.A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto das Barcas	16/06/2017	2.803	Banco ABC Brasil S.A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto das Barcas	15/07/2016	29.216	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto das Barcas	15/07/2016	28.500	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto do Parnaíba	16/06/2017	6.026	Banco ABC Brasil S.A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto do Parnaíba	15/07/2016	45.298	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto do Parnaíba	15/07/2016	40.000	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto Salgado	16/06/2017	3.264	Banco ABC Brasil S.A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto Salgado	15/07/2016	25.486	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto Salgado	15/07/2016	26.000	Banco Bradesco S/A	Garantia de financiamentos de empréstimos

## 17 Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Salários e ordenados	278	365	312	371
Provisões trabalhistas	2.250	2.639	2.538	2.658
Impostos a pagar	28	-	376	551
Tributos retidos sobre terceiros	12	16	58	120
	<u>2.568</u>	<u>3.020</u>	<u>3.284</u>	<u>3.700</u>

## 18 Provisões diversas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
OMC (i)	-	-	2.882	439
Asteri	-	-	102	81
Omega	190	265	190	265
Porto do Parnaíba	-	-	296	35
Porto das Barcas	-	-	155	33
Porto Salgado	-	-	96	34
Indaiá Grande (ii)	-	-	7.691	5.878
Indaiázinho (ii)	-	-	5.457	3.687
Delta	-	-	-	5
	<u>190</u>	<u>265</u>	<u>16.869</u>	<u>10.457</u>

- (i) As provisões na OMC são relativas à compra de energia, sendo que os respectivos valores não foram faturados pelos fornecedores até a data do balanço.
- (ii) Os saldos em Indaiá Grande e Indaiázinho consideram valores:

- Retidos de fornecedor, no total de R\$5.765 na controlada Indaiá Grande e R\$2.686 na controlada Indaiazinho, no âmbito do mencionado na nota explicativa nº 31; e
- Como consequência da crise hídrica vivenciada no Brasil desde 2014, as usinas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) vem sofrendo com o alto valor de GSF (*Generation Scalator Factor*), que reduziu a energia disponível para venda em aproximadamente 20% em 2015 para essas usinas. As subsidiárias Indaiá Grande e Indaiazinho, através da ABRAGEL, entraram com ação judicial questionando o alto valor da GSF, pleiteando a limitação da mesma a 5%. Em agosto de 2015, foi emitida decisão judicial liminar determinando que a ANEEL e a CCEE, até o julgamento da ação anteriormente descrita, procedam com a limitação do Fator GSF a 5% para as requerentes. O montante relativo ao GSF não aplicado, com amparo na mencionada liminar, foi provisionado, somando R\$1.289 para Indaiá Grande e R\$1.279 para Indaiazinho, incluídos no saldo de Provisões diversas dessas empresas em 31 de dezembro de 2015.
- Adicionalmente, os saldos em 31 de dezembro de 2015 da rubrica Provisões Diversas incluem os montantes de R\$871 e R\$703 nas empresas Indaiá Grande e Indaiazinho, respectivamente, referentes a compra de energia no mês de dezembro de 2015 para suprir os contratos de venda em virtude de menor sazonalização da garantia física.

## 19 Passivo fiscal diferido

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
<u>Saldo no Balanço Patrimonial</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL (a)	10.021	10.404
Base Depreciação incentivada (b)	(15.658)	(12.846)
Passivo Fiscal diferido, líquido	<u>(5.637)</u>	<u>(2.442)</u>

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
<u>Movimentação no período</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (a)	(383)	-
Base Depreciação incentivada (b)	(2.812)	(1.504)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(3.195)</u>	<u>(1.504)</u>

(a) Ativo fiscal diferido registrado na controlada Gargaú decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria. Em 2014, a subsidiária Gargaú passou a apresentar histórico de lucros tributáveis e reconheceu R\$ 10.404 como imposto de renda e contribuição social diferida resultantes de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL com base no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração

(b) Passivo fiscal diferido constituído pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado adquiridos até 31 de dezembro de 2013, apurados pelas taxas de depreciação

definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela RFB para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

## 20 Patrimônio líquido

### *Capital social*

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$265.296 (em 31 de dezembro de 2014 de R\$312.167), representados por 312.610.024 ações ordinárias.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de julho de 2015, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia no valor de R\$46.871, sem alteração do número de ações de sua emissão, para a absorção dos prejuízos acumulados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia levantadas em 31 de março de 2015.

Em 1º de setembro de 2015, o anterior acionista Ecopart Investimentos S.A. alienou a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia de sua propriedade para os acionistas Tarpon e Administradores.

Acionistas		31/12/15		31/12/14	
		Ações ON (mil)	%	Ações ON (mil)	%
BJJ Income Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon	192.032	61,43%	169.675	54,28%
WP Income Fundo de Investimento em Participações	- Warburg Pincus	117.749	37,67%	117.749	37,67%
Ecopart Investimentos S.A	- Ecopart	-	-	22.686	7,25%
Administradores	- Diretoria	2.829	0,90%	2.500	0,80%
		<u>312.610</u>	<u>100%</u>	<u>312.610</u>	<u>100%</u>

### *Distribuição dos lucros*

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

Relativamente à controlada Asteri, conforme previsto em seu Acordo de Acionistas, possui dividendos prioritários. Esses dividendos são distribuídos aos acionistas preferenciais, no mínimo anualmente. Para que esses dividendos sejam distribuídos é necessário que Asteri apresente, no final do exercício, saldo de caixa e equivalente de caixa superior ao seu passivo circulante e orçamento para investimentos, respeitando um valor máximo anual de R\$ 7,75 por ação mais a variação do IPCA, mesmo que não tenha apurado lucro e, nesses casos, a distribuição é realizada por meio da reserva de capital. Após a definição dos dividendos prioritários, é avaliada a

distribuição do dividendo mínimo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, ajustado a forma legal, caso os montantes distribuídos como dividendos prioritários ultrapasse 25% do lucro, não há obrigatoriedade na distribuição do mínimo. Caso o montante fique abaixo de 25% do lucro, é realizado um complemento a distribuição. Os respectivos valores ficarão a disposição dos acionistas a partir de 30 dias após a Assembléia Geral que deliberar sobre a matéria e, caso não reclamados no prazo máximo de 3 anos serão revertidos para a Asteri.

#### ***Reserva de custo com captação de recursos***

Constituída pelo custo de transação incorrido na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais da Companhia, no montante R\$2.354.

#### ***Reserva de Ágio – Instrução CVM 319***

Proveniente do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda. E Hure Holding S.A., ocorrido em 30 novembro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

#### ***Ágio na subscrição de ações***

Reserva referente ao ágio apurado na aquisição de participações societárias.

#### ***Opções e ações outorgadas reconhecidas***

Constituição de reserva no âmbito do plano de opções de compra de ações da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 29.

## **21 Receita operacional líquida**

	Consolidado			
	31/12/15		31/12/14	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Total Vendas	152.548	651	123.292	647
Vendas Proinfra	29.596	76	28.725	78
CCEAR	36.830	287	20.539	151
Vendas Mercado de Curto Prazo	77.838	256	63.982	328
CCEE - MRE e Spot	8.224	31	8.184	33
Vendas Intercompany	60	1	1.862	57
Impostos	(9.325)		(8.839)	
	<u>143.223</u>		<u>114.453</u>	

## 22 Custos da operação e conservação

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Compra Energia	(41.208)	(31.825)
Depreciações	(27.623)	(18.612)
O&M	(9.327)	(5.643)
Taxas Regulatórias	(6.790)	(6.743)
Arrendamento de Terras	(1.621)	(1.177)
Seguros	(571)	(439)
Telecomunicação	(308)	(399)
Serviços de terceiro	(85)	-
Pis e Cofins a compensar	3.084	2.631
	<u>(84.449)</u>	<u>(62.207)</u>

A rubrica Compra de energia refere-se a energia adquirida de terceiros, sendo 157,9 GWh no exercício de 2015 em comparação à 72,2 GWh em 2014. Houve necessidade de compra de energia pelas controladas Indaiazinho e Indaiá Grande para fazer frente ao ajuste da garantia física, ocasionada pelo GSF. Foi realizada a compra de 104,1 GWh pela Omega Comercializadora para atendimento aos seus contratos de venda.

## 23 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Despesas Pessoal	(5.260)	(11.344)	(9.202)	(12.104)
Despesas com Due Diligence	(1.380)	(800)	(1.380)	(801)
Depreciação e Amortização	(1.098)	(674)	(2.255)	(1.752)
Despesas com Serviços de Terceiros	(1.061)	(3.500)	(2.348)	(3.187)
Despesas gerais e administrativas	(693)	(1.559)	(1.142)	(2.376)
Despesas com ocupação	(273)	(644)	(524)	(924)
Tributos	(55)	(29)	(162)	(47)
Despesas com Seguros	(47)	(59)	(47)	(59)
	<u>(9.867)</u>	<u>(18.609)</u>	<u>(17.060)</u>	<u>(21.250)</u>

Os valores de Despesas administrativas, pessoal e gerais no consolidado em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados líquidos de valores reembolsáveis de partes relacionadas no montante de R\$594 (R\$ 447 em 31 de dezembro de 2014).

## 24 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros s/ aplicações financeiras	702	3.013	6.785	8.612
Receita Debêntures	-	912	-	-
Outras receitas	93	1.176	669	1.217
Pis e Cofins sobre receita financeira	(15)	-	(102)	-
	<u>780</u>	<u>5.101</u>	<u>7.352</u>	<u>9.829</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros s/ empréstimos	-	-	(29.606)	(18.307)
IOF	(12)	(1)	(15)	(47)
Comissão sobre Fiança	-	-	(5.332)	(4.408)
Amortização do custo de captação de empréstimos e financiamentos	-	-	(695)	(477)
Outras despesas	(41)	(97)	(3.198)	(564)
	<u>(53)</u>	<u>(98)</u>	<u>(38.846)</u>	<u>(23.803)</u>
	<u>727</u>	<u>5.003</u>	<u>(31.494)</u>	<u>(13.974)</u>

## 25 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva:

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.963	22.162
Alíquota corrente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(4.407)	(7.535)
Exclusão de natureza permanente - amortização de ágio	(4.521)	(4.521)
Exclusão de natureza permanente - despesas indedutíveis	(22)	(62)
Equivalência patrimonial	883	1.763
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	(1.066)	2.714
Constituição de ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	10.404
Outros	945	1.441
	<u>(8.187)</u>	<u>4.204</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>-63,2%</u>	<u>19,0%</u>



## 26 Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído por ação para os exercícios de 2015 e 2014.

	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.364)	4.785
Denominador		
Média ponderada do número de ação	<u>312.610</u>	<u>312.610</u>
Lucro (prejuízo) por ação básico (R\$)	<u>(0,0139597)</u>	<u>0,0153119</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.364)	4.785
Denominador		
Média ponderada do número de ação, ajustada pelas opções de ações	<u>322.582</u>	<u>322.582</u>
Lucro (prejuízo) por ação diluído (R\$)	<u>(0,0139597)</u>	<u>0,0148386</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras. Para cálculo do denominador utilizado para fins de cálculo do lucro por ação diluído de 2014, a Companhia utilizou o plano de opções de compra de ações no total de ações de 9.972 mil.

## 27 Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros com a cobertura contratada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os principais seguros vigentes em 31 de dezembro de 2015 para as subsidiárias referentes aos riscos de responsabilidade civil e operacional são:

- Omega Geração S.A. – A cobertura é de R\$ 19.000, vigente durante o período de 18/09/2015 até 18/09/2016 e o prêmio anual é de R\$ 21.
- Omega Geração S.A. – A cobertura é de R\$ 3.000, vigente durante o período de 22/06/2015 até 22/06/2016 e o prêmio anual é de R\$ 1.
- Indaiá Grande S.A. – A cobertura é de R\$ 173.359, vigente durante o período de 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$ 104.
- Indaiázinho S.A. - A cobertura é de R\$ 113.351, vigente durante o período de 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$ 77.
- Gargaú Energética S.A. – A cobertura é de R\$195.700, vigente durante o período 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$128.

- Porto das Barcas Energia S.A. – A cobertura é de R\$101.170, vigente durante o período 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$62.
- Porto do Parnaíba Energia S.A. – A cobertura é de R\$143.018, vigente durante o período 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$90.
- Porto Salgado Energia S.A. – A cobertura é de R\$104.293, vigente durante o período 28/10/2015 até 28/10/2016 e o prêmio anual é de R\$62.

## 28 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

### *Risco de crédito*

O risco surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa e Cauções e depósitos vinculados mantidos com bancos e instituição financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O Grupo detém contas a receber com clientes, os quais são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	Consolidado	
		31/12/15	31/12/14
Caixas e equivalentes	6	27.430	43.991
Clientes	7	24.673	20.138
Outros Créditos		1.714	3.260
Cauções e depósitos Vinculados	10	26.882	24.580
		<u>80.699</u>	<u>91.969</u>

### ***Risco de mercado (taxa de juros)***

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP.

### ***Análise da sensibilidade dos passivos financeiros***

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e subsidiárias estão expostas, na data de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES, foi definido o cenário provável para o ano de 2016 e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Exposição em	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
31/12/15				
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDG	variação da TJLP	5.201	6.502	7.802
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDZ	variação da TJLP	3.580	4.476	5.371
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - GARGAÚ	variação da TJLP	4.635	5.793	6.952
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PORTO DAS BARCAS	variação da TJLP	5.355	4.476	5.371
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PORTO SALGADO	variação da TJLP	4.835	5.793	6.952
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PORTO PARNAIBA	variação da TJLP	8.071	10.089	12.107
Total		<u>345.510</u>	<u>31.677</u>	<u>44.555</u>

### ***Risco de liquidez***

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os financiamentos com o BNDES e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 16.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis, junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

O Grupo pode utilizar instrumento de debêntures não conversíveis em ações por meio de sua controladora, com o intuito de suprir riscos de liquidez de suas controladas, ou AFAC (Antecipação para Futuro Aumento de Capital) como instrumento de aporte de capital e cobertura de riscos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não mantém esse instrumento.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas tem sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

### ***Classificação dos instrumentos financeiros***

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		Categoria
	31/12/15	31/12/14	
Caixas e equivalentes	27.430	43.991	A
Cauções e depósitos vinculados	26.882	24.580	B
Clientes	24.673	20.138	C
Financiamentos	342.084	359.454	D
Fornecedores	25.147	49.654	D

A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado

B - Mantidos até o vencimento

C - Empréstimos e recebíveis

D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

### *Hierarquia de valor justo*

A Companhia e subsidiárias detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes no consolidado a Depósitos bancários no montante de R\$2.903 em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.636 em 31 de dezembro de 2014) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes no consolidado a Aplicações financeiras de liquidez imediata, no montante de R\$24.527 em 31 de dezembro de 2015 (R\$38.355 em 31 de dezembro de 2014).

## **29 Pagamento baseado em ações**

Os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações da Companhia em 1º de junho 2010. O plano tem por objetivo permitir que os membros da diretoria, empregados que exercem função de gerência e demais empregados, mediante determinação do Conselho de Administração, recebam opções. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Companhia. A seguir apresentamos o total de ações outorgadas e que ainda não foram exercidas:

<u>Programa</u>	<u>Outorgado</u>	<u>Strike (R\$/ação)</u>	<u>Outorga</u>	<u>Vesting</u>
Programa 2	1.271.425	1,6	2010	2012
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2014
Programa 3	282.539	1,6	2011	2013
Programa 3	1.196.997	1,6	2012	2014
Programa 3	2.022.080	1,6	2013	2015
Programa 3	1.384.642	1,6	2013	2015
	<u>9.971.955</u>			

O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de *Black-Scholes* considerando as últimas transações de mercado próximas à data da outorga.

O exercício das opções, ainda não ocorrido e o objeto do plano, está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo de trabalho do beneficiário com a Companhia. Como não houve novas outorgas de opções nos exercícios de 2015 e 2014, nenhuma despesa foi reconhecida no resultado.

## **30 Compromissos**

Os empreendimentos tem como obrigação a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo. Para isso, incorre em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada Omega Comercializadora mantém contratos de compra de energia, com vigência até o ano de 2022, no montante médio anual de 7,5 MW em 2016 e de 5,25 MW entre 2017 e 2022.

#### ***Arrendamentos mercantis operacionais***

O Grupo participa de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde estão instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Durante o exercício de 2015 o montante de R\$1.620 (R\$744 no exercício de 2014) foi reconhecido no resultado na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	Consolidado 31/12/15
Até um ano	1.495
Entre um ano e quatro anos	6.072
Mais de quatro anos	30.618
	<u>38.185</u>

### **31 Passivos judiciais**

Está em curso uma arbitragem sigilosa em que as controladas Indaiá Grande Energia S.A. e Indaiazinho Energia S.A. são parte contra um fornecedor. A discussão refere-se à confirmação de multas por elas aplicadas ao fornecedor, no valor de R\$ 9,35 milhões, em virtude de atrasos em fornecimentos que lhes geraram prejuízos. Por outro lado, o fornecedor pleiteia o montante de até R\$ 20,58 milhões, relativo a fornecimentos realizados no âmbito do contrato, cujos pagamentos estão retidos durante o curso da arbitragem, acrescido de valores relativos a supostos fornecimentos adicionais não integrantes dos contratos e não reconhecido pelas controladas. A administração da Companhia classifica a chance de êxito do seu pleito como possível, não havendo qualquer reconhecimento de ativo no balanço patrimonial, e como chance de perda remota o pleito do fornecedor.

## **32 Segmento de negócios**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja o Conselho de Administração da Companhia, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

## **33 Eventos subsequentes**

### **i) Distribuição de dividendos de Asteri Energia S.A.**

Na Assembléia Geral Ordinária de Asteri, realizada em 30 de abril de 2016, foi deliberada a distribuição de dividendos prioritários aos acionistas titulares de ações preferenciais, no valor de R\$9.083, sendo R\$1.068 registrado em 2015 como dividendo mínimo obrigatório.

Na Assembléia Geral Extraordinária de Asteri, realizada em 29 de novembro de 2016, foi deliberada a distribuição de dividendos prioritários aos acionistas titulares de ações preferenciais, no total de R\$13.000, do qual o valor de R\$4.769 foi originado do lucro líquido auferido até 30 de setembro de 2016.

### **ii) Venda de parte da participação na controlada Omega Comercializadora de Energia Ltda.**

Em 1º de abril de 2017, foi negociada com a coligada Kalista Energia S.A. a venda de 49% do capital social detido na controlada Omega Comercializadora de Energia Ltda. O preço de aquisição foi definido com base no patrimônio líquido na data de 31 de março de 2017, no valor de R\$1.955, com liquidação financeira a ocorrer em até dois anos.